

7º Trabalho Marie Elise

CEDI	P. I. B.
DATA	22/03/74
COD. KHD	

Relatório da coordenadora de ensino  
do Projeto Krahô, sobre as atividades  
desenvolvidas nos 4 meses de sua atu-  
ação (setembro e dezembro)

Marie Elise Ladeira Camargo.  
1975.

Acervo  
ISA

2

## 1ª PARTE : INTRODUÇÃO

O lugar que a escola ocupa numa sociedade tribal, deve ser completamente diferente do que ocupa na sociedade nacional. Querer' igualar os papéis e funções que cabe a ela em dois momentos e situações tão diferentes, é simplesmente esquecer a natureza das relações que ela mantém diferentemente com estas sociedades. Relações' diversas que são "expressão" de uma diferença mais profunda e primeira, que orienta e determina, de um lado a relação de dependência, de necessidade, de quase uma perfeita simbiose que resulta no papel socializante da escola em nossa sociedade; e de outro na inexistência de vínculos, na não necessidade da escola, que não encontra, na sociedade indígena, nem lugar e nem função. A diferença mais profunda e primeira, se encontra assim na própria natureza das duas sociedades, na diferença entre uma sociedade, não diria sem escrita, o que acarretaria discussões antropológicas - a escritura no corpo - que não caberiam aqui, mas entre uma sociedade letrada e uma não letrada. Numa a memória repousando sobre a palavra escrita, sobre os signos gráficos, noutra na memória repousando sobre a palavra oral, se transmitindo através de cantos e mitos. Seria ilusório pensar' que estes seriam dois caminhos possíveis para se transmitir as mesmas mensagens. Como se fosse possível tal separação, como se a forma não expressasse o conteúdo, como se não houvesse uma relação de determinação entre ambos. O como se transmite uma mensagem já manifesta, pela possibilidade mesma da transmissão, o quê dessa mensagem.

Assim, se a escola em nossa sociedade possui como condição de sua existência, ou melhor como sua legitimação, o papel e a função socializante o possui por ser o reduto do processo de alfabetização. A educação não se restringe, como todos nós sabemos, a salas' de aula mas é justamente aí que ela se completa, não no sentido de acréscimo, de um complemento sem raízes no todo; ao contrário, a educação em nossa sociedade não pode ser vista como um processo desvinculado da alfabetização. Com isso não estamos querendo dizer que

212  
M. S.

a socialização não existe na sociedade indígena, que nesta não existe nenhum processo "educador". Ao contrário, sabemos que toda sociedade é, de qualquer forma, educativa (Durkheim) e estamos tão somente querendo dizer que a educação aí, é um processo sem vínculo, sem necessidade alguma da alfabetização. A educação ou a socialização na sociedade indígena tem seus próprios caminhos, sem que estes conduzam, por uma questão estrutural, como acontece na nossa sociedade, a escola, a alfabetização.

Com isso esperamos ter mostrado a existência de dois processos, a socialização (processo pelo qual um grupo transmite seu patrimônio cultural a seus membros com vista de assegurar sua sobrevivência econômica e espiritual - Lê Thanh Khoi-) e a alfabetização, que numa dada situação histórica se encontram ligados e justapostos. E qual seria então o papel ou o lugar da escola na sociedade indígena, se por um lado ela sempre cumpriu sua função socializante sem a existência da escola e se ela não é uma sociedade letrada?

A introdução das escolas nas sociedades indígenas, principalmente pelas missões e mais tarde pela FUNAI, visava justamente a obtenção de sociedades mais civilizadas, ou retirando a capa etnocêntrica, "sociedades mais preparadas". A escola, por ser o catalizador das duas funções, socialização e alfabetização, em nossa sociedade, foi colocada e vista como a mais importante, senão única, passagem de um "estado" a outro. A escola seria o ponto e a porta de entrada da nossa tentativa, mais camuflada, de pacificação, ou seja através da função socializante que sempre coube às nossas escolas, e que pessoas mais afoitas não souberam perceber como uma condição histórica; socializar, educar, preparar segundo nossos princípios esse "povo primitivo".

A alfabetização, colocada como necessidade básica, nunca foi questionada, pois ela seria a bandeira, o motivo, a justificativa da escola, que seria iniciativa para se "integrar o índio a vida nacional" refrão que se seguiu ao "de civilizar o índio".

11/11/60

Alain Dubly escreve a respeito da educação no Equador: "se piensa que aprendiendo a leer y escribir, el campesino tradicional' se volverá un agricultor racional y tecnificado, un ciudadano capaz de ejercer sus derechos cívicos, un consumidor de los bienes de la cultura y de la industria, en fin, un hombre asimilado a la sociedad de moderna".

E os resultados são bem diversos. O aprender a ler e a escrever, não origina, no caso para o indígena, a um saber maior. Nem significa, como esperávamos, um passo a mais para sua integração, para "seu desenvolvimento".

Com isso estaríamos nós nos colocando contra a alfabetização nas sociedades indígenas? não, o que queremos é simplesmente deixar estabelecido qual é o alcance deste aprendizado. E, mais importante, nos perguntarmos quais seriam as consequências de se introduzir um meio de comunicação para o qual a sociedade não está estruturada. Pensar que o que era comunicado oralmente será a partir deste momento feito através da escrita, é incorrer no erro já apontado anteriormente, na separação, analítica, entre forma e conteúdo. "La comunicación oral de la cultura tiene formas propias, que difícilmente pueden traducir-se en los moldes modernos de la comunicación escrita" (Alain Dubly).

Assim o que acontece é que o indígena aprende a ler e a escrever, e terminado este aprendizado, como nada de sua vida, de suas necessidades e expectativas tem que ver com a leitura, como inclusive, não há nem um material preparado para suprir o vazio porque dessa alfabetização, o indígena ir gradativamente esquecendo o que já aprendeu. Esse aprendizado portanto, sem ter maiores consequências, estas terminando com o fim da alfabetização.

Entretanto, a sociedade indígena já não existe por si, seria ilusório pensar que seu funcionamento se desenrola independentemente da sociedade envolvente. Sabemos que ela faz parte desta soci

0.22  
M.L.

idade global e se encontra, pois, envolta e aprisionada por tal sistema, constituindo-se um elemento do mesmo. Assim as leis de estrutura, função e dinâmica do capitalismo se fazem sentir na sociedade indígena.

É assim que a alfabetização, antes supérflua, passa a ter algum significado. Perguntando aos índios Krahô, ou aos Ramkokamekra ou aos Apaniekra, porque queriam aprender a ler e a escrever, a resposta era sempre unânime - "e fazer contas também, é prá gente saber mais, prá cristão não enganar a gente". É esta a motivação, que deve ser encarada como a real, a única que pode corresponder aos seus anseios, sem que outros fatores, que surgirão como consequências talvez inevitáveis, como um certo prestígio, sejam as motivas propulsoras. É assim que esta conscientização de uma situação, que coloca índios e brancos como dois polos extremos de uma escala valorativa, criou a primeira necessidade sentida de uma alfabetização. Esta adquire uma justificativa, pois será a motivação que levará a uma conscientização maior. Conscientização de sua condição, de seus direitos, do que vem a ser a FUNAI, etc..., esta sim levará a uma participação, não mais passiva, mas crítica e ativa na sociedade envolvente. A conscientização de seus próprios problemas, será o primeiro passo para uma compreensão dos problemas da sociedade nacional.

Pois, como dissemos anteriormente, a sociedade indígena pertence a um sistema total, do qual ela terá de se incorporar e integrar realmente. E isto, como bem lembra Montoya Briones "a incorporação do índio à sociedade global não obedece a um mero capricho, ou ao azar; nem é consequência de um juízo de valor etnocêntrico. Pelo contrário, obedece a fatos objetivos, a normas, princípios e leis de índole histórico - social". Assim conscientização e alfabetização, dois processos separados, encontram-se unidos, complementares, quando nos referimos à alfabetização indígena.

Entretanto, se o aprender a ler e a escrever no português encontra uma motivação, já que sua necessidade passa a ser sentida

148C

e portanto real, a alfabetização na própria língua indígena encontra muitas restrições. A introdução de uma alfabetização bilíngue foi o resultado de uma certa mudança na política indigenista, agora mais voltada e preocupada com uma certa valorização da cultura indígena.

Os indígenas dificilmente pedem alfabetização em sua própria língua e frequentemente a abandonam. Não compreendem o porque desta alfabetização, já que não sentem, contrariamente ao do português, sua necessidade. Pois se o aprendizado do ler e escrever em português serve como um instrumento nas relações com os brancos, que é somente pelas relações com a sociedade nacional que qualquer alfabetização indígena, neste momento, pode encontrar seu lugar, o aprender a ler e a escrever em sua própria língua não encontra aí seu porque.

A alfabetização em português cria um pequeno (já que nem sempre os regionais sabem ler e escrever) mas novo tipo de comunicação, mas sempre quando esta se efetiva entre índios e brancos, tanto no papel de receptores como de emissores. O que ainda não ocorre, é que a escrita seja utilizada na comunicação entre os próprios índios, estes como receptores e emissores. Isto não como uma falha da alfabetização, mas pelas razões já ditas no início deste trabalho: a comunicação encontra na sociedade indígena seu caminho por outra via que a desenvolvida na nossa sociedade, e o que se comunica de uma maneira, nem sempre pode ser comunicado de outra.

Talvez, pensando em suprir esta dificuldade, e que se colocou a necessidade da alfabetização na própria língua indígena. Já que então, a estrutura da fala seria mantida na escrita. Mas voltamos a insistir, este não seria o único obstáculo, o principal é que a sociedade indígena repousa sobre a palavra, é uma sociedade oral, onde a escrita não representa nada, justamente pela sua inoperância.

O summer, entidade responsável pela introdução da alfabetização bilíngue, e que mantém em um grande número de aldeias, linguistas especializados para fazerem um levantamento cuidadoso da língua indígena, e que depois se reverte na prática nas cartilhas e na tradução do novo testamento. Novamente encontramos a ação dos missionários, que conscientes da ineficácia da alfabetização no português pe

ra se levar " à este povo primitivo e pagão a palavra de Deus" Se es-  
força para transmiti-la através da língua indígena escrita, na espe-  
rança de que a comunicação se efetivando através da própria língua  
do indígena, Deus se torne mais próximo e acessível à ele. Mas o  
Summer encontrou uma justificativa da alfabetização bilíngue, de cer-  
to verdadeira, mas que a nosso ver não basta e que é repetida pela FU  
NAI: o processo de alfabetização só é realizado uma única vez pelo in-  
divíduo, quando este aprende a ler e a escrever pela primeira vez. Es-  
te aprendizado em outras línguas, se constituirá em mera repetição.  
Assim é mais fácil, mais rápido e mais "significativo" para o indíge-  
na ser alfabetizado em sua própria língua e conseqüentemente, a peno-  
sa alfabetização no português que se seguirá, se tornará bem menos di-  
ficultosa.

Vista desta maneira a alfabetização bilíngue passa a ter sua  
justificativa e seu sentido numa questão de método. A língua indígena  
sendo ensinada para se facilitar o ensino do português. Será que is-  
to basta? Não cremos. A alfabetização da língua indígena encontra seu  
lugar no presente, pela sua atuação num futuro: quando a comunicação  
escrita se der entre indígenas no papel de receptores e emissores. Ou  
seja, quando a alfabetização tiver encontrado seu lugar dentro do pró-  
prio grupo e não apenas na posição intermediária das relações com a  
sociedade envolvente.

Daí, a alfabetização da língua materna, deixará de ser somen-  
te um mecanismo de reforço à identificação e coesão étnica, para se a-  
tualizar como um meio de comunicação. Neste momento, a comunidade in-  
dígena terá se transformado: terá deixado de ser uma sociedade estrí-  
tamente oral para se colocar como uma sociedade letrada.

MLL

2ª PARTE:

Das seis aldeias Krahô, somente duas - Cachoeira e Pedra Branca - recebem a assistência de professoras primárias. Estas não possuem o curso normal completo (uma nem chegou a terminar o ginásio) e não foram preparadas para dar uma alfabetização bilíngue.

--ATUAÇÃO DO SUMMER--

Em 1974, o Summer através de convênio feito com a Funai, e representado nas pessoas do sr. Jacques e Jô Popjes, seria o responsável pelo preparo destas professoras, bem como da formação de monitores e da adaptação da cartilha Canela, caso houvesse necessidade, para uma cartilha Krahô. O casal de linguistas passou cerca de 3 meses entre os Krahô. De concreto dessa participação ficou a formação de tres monitores, que aprenderam a ler e a escrever na própria língua. Estes monitores foram escolhidos dentre os 25 Guardas Rurais Indígenas -GRIN- que segundo a orientação do Projeto Krahô, deveria se extinguir, sendo estes aproveitados, na medida do possível como monitores de educação, de saúde ou para trabalhos braçais. Os tres monitores preparados são tres irmãos que residiam na época, na mesma aldeia -Pedra Branca-. Atualmente dois, Alcides Pirca e Antonio Cõtchetet, residem na aldeia de Pedra Furada, entretanto este último concordou em ser monitor na aldeia de Pedra Branca, juntamente com o índio José Miguel Kõcjõ, que foi preparado por Domingos Krate para que ficasse em seu lugar já que ele não quer ser mais monitor, mas sim motorista.

Tenho a impressão, que os índios escolhidos para serem preparados, deveriam vir, pelo menos um de cada aldeia, para que eles pudessem suprir a deficiência e ausência de professoras. Nas aldeias de Cachoeira, Galheiro e Santa Cruz tem tres índios-da GRIN- que sabem ler e escrever

14/10



no português, com todos os erros possíveis, mas que caso houvessem sido alfabetizados na língua Krahô, poderiam se transformar em ótimos monitores bilíngues. Assim estaria resolvido o problema da falta de professoras entre os Krahô, já que na Pedra Branca e Pedra Furada ele parece ter deixado de existir. Mais do que uma mera substituição de professoras brancas por professores índios, cujo benefício reverteria somente para estes últimos, esta atitude viria dar um novo significado à escola já que muitos dos estereótipos, e inclusive, certas expectativas que estas professoras carregam com sua função (ter os cadernos bonitos, usar uniforme, levantar a mão para falar, fazer fila, etc...) deixam automaticamente de existir.

O Summer adaptou a cartilha Canela para os Krahô, entretanto a nova cartilha Krahô continua contendo um dos fatores que muito contribuiu para a rejeição da antiga cartilha: o nome do índio, Capi, primeira palavra chave, e que percorre as 4 cartilhas com seus episódios, não é um nome Krahô; não existe um único índio Krahô chamado Capi, e eles alegam que a nova cartilha continua sendo Canela, (sinônimo de errada), apesar de estar quase Krahô, (sinônimo de certo). Entretanto, nas fichas que elaboramos, utilizamos ainda o nome Capi, além de Camoc, para que elas não destoassem das cartilhas Krahô.

As duas professoras não foram suficientemente preparadas para dar a alfabetização na língua indígena. Uma delas, que leciona na aldeia de Pedra Branca, ainda poderia contar com a ajuda do monitor, entretanto, a que leciona na aldeia de Cachoeira não poderia receber esta ajuda, já que lá não foi preparado nenhum monitor pelo Summer.

---

Tendo em conta todos estes problemas foi que elaborei o sistema de fichas (as quais anexo a este relatório). Ele, principalmente, unifica o ensino do português em todas as aldeias Krahô, da mesma maneira que o ensino da língua indígena é unificado pelas cartilhas; o trabalho

MHC

do monitor é facilitado, e sua atividade durante a aula fica limitada a ler as fichas e corrigir as cópias dos alunos, isto circunscreve a esfera de ação e influência do monitor, reduzindo a possibilidade de ele incorrer em erros gramaticais, já que as lições diárias já estão prontas. Mas estes objetivos poderiam ter sido alcançados com a adoção de qualquer cartilha em português. Qual seria então a necessidade, ou melhor, a especificidade das fichas?

A tentativa foi de se criar um material didático no português que correspondesse mais de perto ao universo de interesses Krahô e que, além do mais, pudesse ser utilizado em parceria com a cartilha Krahô. Este material foi elaborado em fichas, porque este sistema, muito mais econômico que o uso das cartilhas individuais, possibilita uma constante complementação. Não acredito que as 62 fichas estejam completas, no sentido de que possam dar conta da total alfabetização no português e sanar as dúvidas e problemas de uma alfabetização simultânea no português e na língua indígena. Creio que até o final da primeira cartilha Krahô e conseqüentemente das fichas que a acompanham, poucos problemas possam surgir, já que os fonemas apresentados são em sua maioria, os mesmos nas duas línguas. Mas conto com o aparecimento destes, quando por exemplo, da introdução do h (Krahô) e dos rr (português). Assim, quando houver necessidade, mais uma ficha será criada e incorporada ao sistema; por isso, apesar de possuírem uma ordem elas não são numeradas.

Quando pensei em elaborar as fichas se apresentava, para mim, dois caminhos possíveis: apresentar primeiro os fonemas no português que diferiam daqueles primeiros apresentados na cartilha Krahô, e ir gradualmente diminuindo a distância ou, ao contrário, apresentar primeiro os fonemas no português que correspondiam aqueles apresentados na cartilha. Resumindo, estabelecer um método que se guiaria pelos con

M. J. C.

traste entre os fonemas das duas línguas, ou, o caminho que foi o escolhido, um método que se levaria pela semelhança entre as duas línguas. Isto, inclusive, só foi possível pela viabilidade mesma que a cartilha Krahô oferecia. Há, portanto, uma complementaridade e sequência entre as fichas e a cartilha Krahô, até quase o fim da segunda cartilha as fichas acompanham a lição da cartilha pois os fonemas são, como já dissemos, em sua maioria os mesmos; a partir daí há uma total bifurcação.

Este sistema facilita a aprendizagem das diferenças entre as duas línguas, já que apresenta primeiro os "símbolos gráficos" do português que têm sons correspondentes na língua Krahô. As letras em português, que não têm sons equivalentes em Krahô, como por exemplo o b, f, d, são introduzidas somente no final. Entretanto, a introdução do d logo no início, (é a sétima ficha), é uma exceção justificada pelo fato da dificuldade em se formar, no início, sentenças no português sem o auxílio do d.

A linguagem usada na feitura das fichas procurou se aproximar ao máximo ao português falado pelos índios. Cremos ser este o procedimento indispensável para uma maior compreensão e facilidade na utilização posterior da escrita. Portanto não utilizamos verbos nos tempos futuro do pretérito, pretérito mais que perfeito, ou ainda nas formas subjuntivas. Ao invés de dizermos, inclusive: " o índio comerá carne amanhã. " , preferimos a forma " o índio vai comer carne amanhã."

Estes cuidados foram tomados para se facilitar não somente o ensino do português, mas também para que este tivesse sentido. Sabemos já das inúmeras dificuldades que os Krahô enfrentam ao aprender uma língua não fonetizada, onde se fala de uma maneira e escreve-se de outro (meninu, menino - pegô, pegou - qué, quer ). Portanto simplificar esta tarefa, nos pareceu ser o procedimento correto.

- DAS ATIVIDADES -

- A escolha dos futuros monitores se deu segundo os itens:
  - . aproveitamento dos índios que pertencem a GRIM (guarda rural indígena) e que queriam ser monitores de educação.
  - . destes foram selecionados os que sabiam ler e escrever em português ou Krahô, ainda que por vezes pouco.
  - . de todas as aldeias, com exceção da do Morro do Boi, foi escolhido pelo menos um índio. (na aldeia de Cachoeira foram selecionados 3, pois a aldeia é populosa, cerca de 200 habitantes, e seriam portanto necessários 2 monitores, mas por razões políticas selecionamos 3.)

- Os índios selecionados e seu grau de aprendizado são;

nome	aldeia	ler e escrever	
		português	Krahô
Milton Crôncrôc	Santa Cruz	++	+-
Afonso Cuhpõõ	Galheiro	+	+-
Waldomiro Crânc	Cachoeira	+	+-
Pedro Bertoldo Incot	Cachoeira	+-	-
Antonio Kôkân	Cachoeira	-	-
Alcides Pirca	Pedra Furada	++	++
José Miguel Kôhjõ	Pedra Branca	++	+
Antonio M. Cõtêntet	Pedra Branca	++	++

- Foi iniciada a escola na aldeia de Pedra Furada, estão matriculados 10 crianças no período da manhã e 11 adultos no período da noite. Permaneci, no início do funcionamento da escola, junto com o monitor para orientá-lo. A escola foi montada na casa de Alcides ( uma lousa, um jirau e alguns bancos) provisoriamente, até que a atendente se mude para a enfermaria nova, a partir daí a escola se transfere para

AMAC

a atual enfermaria ( de palha e no círculo mesmo da aldeia ).

- Orientação e supervisão das escolas de Pedra Branca e Cachoeira.

( a professora da cachoeira se encontra de licença médica desde outubro )

-preparo especial para o monitor Alcides Firca para que ele pudesse assumir a escola na aldeia de Pedra Furada.

- preparo do material didático - fichas-, bem como sua confecção.

- contacto com o Sumner em Brasília por duas vezes.

-compra de material escolar em Goiânia.

- colaboração no setor de saúde:

- nas atividades de vacinação da EVS em todas as aldeias Krahô.

- na organização das fichas de vacinação das aldeias de Galheiro, Santa Cruz, Pedra Furada e Cachoeira.

- remoção de oito índios doentes para Goiania.

M.F.C.

PROGRAMAÇÃO PARA O 1º TRIMESTRE DE 1976

- Ainda no mes de janeiro será iniciada a alfabetização bilíngue na aldeia de Pedra Branca, com o auxílio dos monitores José Miguel e Antonio Marcos, bem como da professora Aldaires Barbosa.
- Se iniciará o curso para a alfabetização na língua indígena e reforço no português para os 5 índios escolhidos para serem monitores -Míltom, Afonso, Waldomiro, Pedro Bertoldo e Antonio Cavalcanti- Este curso será ministrado na aldeia de Pedra Branca ou no Posto, a critério dos índios. O curso terá a duração de aproximadamente 2 meses, e o responsável pelo ensino da língua Krahô será o monitor Antonio Marcos.
- Supervisão da escola de Pedra Furada.
- Serão iniciadas as pesquisas para a elaboração das fichas de matemática. Como é de seu conhecimento o raciocínio matemático dos Krahô difere do nosso: ele não repousa sobre uma ordem decimal, o que exige uma adaptação do material existente.
- Será preparado, com o auxílio dos índios e com a utilização do mimeógrafo, um material para a leitura, tanto em português como na língua indígena.

-----

*Maurice Uise Kadin Cavayp*

2º Inobelho Marie Elise

KHD00036

RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DAS ESCOLAS

E DOS MONITORES ABRANGIDOS PELO PROJETO KRAHÓ

MARIA ELISA LADEIRA CARIARGO

Acervo ISA

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

então tem funcionado com algumas interrupções. A mais longa  
foi de fim RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DAS ESCOLAS  
devido E DOS MONITORES ABRANGIDOS PELO PROJETO KRAHÔ

Alcides Kliron, responsável pela escola da Pedra Furada.  
Encaminho à Divisão de Educação este relatório da  
situação das escolas e dos monitores abrangidos pelo Projeto  
Krahô. Aproveito a oportunidade para anexar 1 cópia do mate  
rial preparado, por esta coordenadora de ensino, além das fi  
chas de português e 2 textos - O Feiticeiro Krahô e Kruwapuu  
mã Krãj, já enviados anteriormente. Foram elaboradas pequenas  
fichas de exercícios para serem introduzidas na sequência ini  
cial das fichas de alfabetização, já que algumas dificuldades  
foram sentidas por nós ao acompanharmos o processo de alfabeti  
zação da escola do Galheiro. Dificuldades perfeitamente supera  
veis com o desenrolar do aprendizado, mas que podem ser ameni  
zadas com a introdução destes pequenos exercícios. Foi também  
iniciado o preparo de exercícios de leitura, interpretação de  
textos e gramática, que devem ser aplicados depois do término  
da 1ª unidade, composta pelas 62 fichas de alfabetização. Tare  
fa já cumprida somente por alguns alunos da Pedra Branca. Es  
tão sendo enviadas também as fichas de iniciação à matemática.

A Situação das Escolas Montadas Pelo Projeto Krahô:

- Pedra Furada

A escola da "aldeia" de Pedra Furada foi a 1ª esco  
la a ser montada. Ela foi criada em dezembro de 1975 e desde  
a época, o fato da escola funcionar em sua casa, e como  
de seu desejo, possibilitou dar para o próprio manter a  
do R\$ 1.000,00 para que ele se responsabilizasse pela

MSL



## FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

então tem funcionado com algumas interrupções. A mais longa foi de fins de fevereiro a fins de abril, quando da morte do monitor Antônio Kodetet, (da Pedra Branca) irmão do monitor Alcides Piirca, responsável pela escola da Pedra Furada. Ele aproveitou este tempo, passado algumas semanas de luto, para o trabalho de colheita em sua roça e na dos parentes de sua mulher e para receber mais um reforço na carga de conhecimentos já adquiridos, aproveitando que estávamos todos reunidos na escola da Pedra Branca para a formação dos monitores do Galheiro e Santa Cruz.

A aldeia de Pedra Furada conta com uma população de 47 índios. A escola funciona com um total de 11 alunos e está totalmente sob a responsabilidade do monitor Alcides Piirca.

A escola funcionou até agora na própria casa do monitor, porque acreditamos que a escola deve ser uma conquista de toda a comunidade, e não queríamos dar pronta, casa para a escola, pois esperávamos que com o decorrer do tempo, toda a aldeia se conscientizasse de sua necessidade e construísse por si própria, no local e da maneira que mais lhe conviesse uma casa para o funcionamento da escola. Entretanto, a total discordância do capitão Marcão com relação a ausência de professora branca na aldeia, substituída pela atuação de seu neto, o monitor Alcides, fez com <sup>que</sup> a construção da casa da escola só se efetivasse caso recebecem algum pagamento por ela. E como atualmente, o monitor estava com problemas familiares, devido ao fato da escola funcionar em sua casa, e como era de seu desejo, resolvemos dar para o próprio monitor a quantia de CR\$ 1.000,00 para que ele se responsabilizasse pela cons - (V)

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

trução da escola por toda a aldeia. Com este dinheiro Alci e a escola se beneficiaram e a escola de Pedra Furada da aldeia comprou um gado e arroz e distribuiu para a aldeia. Assim, A escola de Pedra Furada se beneficiou com a compra de arroz quando de nossa saída estava sendo construída uma casa de taboca e palha no círculo mesmo da aldeia.

Joné Alci... O monitor encontrou muita dificuldade na aceitação pela aldeia de seu papel. O capitão Marcão sempre fez questão da presença de 1 professora branca, sinal de prestígio e demonstração de força. Antes de minha chegada, em julho de 75, parece-me que em 74, houve uma professora branca na aldeia, durante quase que 1 ano. De sua participação nada restou. E se hoje os alunos de Pedra Furada já sabem ler quase que corretamente e escrever ainda que com erros (a mesma dificuldade encontrada pelos regionais na escrita, pois fala-se de um jeito e escreve-se de outro) e mérito é todo da atuação deste monitor, que com o material preparado e a orientação desta coordenadoria, dedicou-se ao máximo e suportou todas as pressões da chefia da aldeia, o Sr. Marcão, para que abandonasse o cargo. Inclusive, em várias ocasiões, esta coordenadora de ensino, teve grandes desentendimentos com este Capitão, uma das quais foi presenciada pela equipe do DGPC que se encontrava na área, avaliando o Projeto Krahô.

- Pedra Branca

Em janeiro a escola de Pedra Branca foi reestruturada. O sistema de fichas foi implantado, bem como a alfabetização na língua indígena. Antes, a escola de alvenaria e distante do círculo da aldeia, estava sob a responsabilidade da prof. Aldaires Barbosa. Mas os rendimentos eram muito poucos

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

lar, ou um horário fixo para se chegar a escola.  
 e a escola só ocupava o papel de reforço de uma atuação da FUNAI.  
 A partir de janeiro a orientação dada a professora era a de que  
 se tornasse cada vez menos necessária, passando aos monitores  
 José Miguel e Antônio Marcos, todas as decisões e toda as respon-  
 sabilidades da escola. Atualmente o monitor José Miguel (devido  
 a morte em março do monitor Antônio Marcos) é quem assume, pra-  
 ticamente, a escola em seus dois períodos. Salvo pequenos pe-  
 ríodos quando ele se encontrava doente, ou quando o trabalho de  
 roça o afastava da escola no período da manhã é que a profes-  
 sora Aldaires o substitua. A escola tem funcionado desde então  
 com uma única interrupção, durante o mês de julho até meados de  
 agosto, quando toda a aldeia se encontrava ausente, nos acampa-  
 mentos da roça. Achamos importante que durante os períodos de  
 trabalho na roça, as crianças acompanhem seus pais. É necessário  
 que elas se eduquem, conheçam o trabalho de roça, realidade pre-  
 ponderante em suas vidas. Por isso achamos sem sentido a cria-  
 ção de uma escola perto das roças, como tem sido a sugestão dos  
 chefe dos PI Kraho e do comitê Francês.

A aldeia de Pedra Branca é a aldeia mais populosa,  
 contando com 231 índios. A escola o ano passado possuía cerca  
 de 8 alunos frequentando regularmente a aula a noite. Atualmen-  
 te este nº aumentou para 20 alunos. O total de alunos matricula-  
 dos é cerca de 70.

O carácter da escola de Pedra Branca vagarosamente  
 muda de figura. Hoje, as crianças frequentam a aula com a mesma  
 naturalidade com que vão à roça: as meninas abandonaram o uso de  
 vestidos, não existe mais o costume de levantar a mão para fa-  
 zermos o monitor da aldeia do Galheiro.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

lar, ou um horário fixo para se chegar a escola.

A frequência das crianças oscila de maneira aspan  
tosa. Às vezes bancos repletos, por outra um punhado de crian-  
ças. Isto, entretanto não deve ser visto como um desinteresse  
pela escola, pois as crianças andam em bandos, e elas ou vão  
juntas à escola ou vão juntas desenvolver qualquer outra ati  
vidade, como pequenas expedições de coleta, por exemplo. É assim  
que a escola deve ser entendida, como uma atividade a mais. Ela  
está ali, aberta o tempo todo, e é comum os meninos aparecerem,  
de tarde e ficarem desenhando, jogando ou até mesmo copiando e  
lendo as fichas sozinhos.

Esta atitude é comum também nos adultos, que por  
vezes vão a escola de manhã junto com as crianças, de tarde so-  
zinhos e de noite no horário normal. Entusiasmo que dura um cer-  
to tempo, depois ele se cansa, seu interesse se volta para ou-  
tra atividade mais importante e ele desaparece da escola por um  
tempo.

Ao descrever esta fisionomia da escola não estou  
preocupada em compreendê-la para modificá-la, enquadrando a fre-  
quência nos moldes tradicionais. Ao contrário, vejo nisto as  
péctos positivos e penso em como adaptar um processo de alfabe-  
tização que necessita, em princípio de uma continuidade, a este  
esquema de frequência descontínua.

Atualmente há uma participação muito mais efetiva  
da aldeia na escola. E o monitor José Miguel soube assumir to-  
da a responsabilidade e dedicar-se quase que em tempo integral  
à escola. Foi somente, inclusive, com sua ajuda, que pudemos  
preparar o monitor da aldeia do Galheiro.

*Handwritten signature*

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Esta mudança de figura da escola da Pedra Branca, tem encontrado alguns entraves: Pedra Branca já tinha um passado escolar. Alguns índios já sabiam ler e escrever e muitos já estavam marcados por um conjunto de estereótipos. Além do que a escola não constituía nem uma novidade nem uma conquista, já estava ali, com sua casa de alvenaria e distante do círculo da aldeia, sendo frequentada portanto, somente pelos alunos e, funcionando nos moldes das escolas da sociedade nacional.

Entretanto, estes entraves vem sendo vagarosamente vencidos graças à atuação consciente do monitor José Miguel. É neste sentido, que qualquer pequeno reforço do chefe do PI Krahô, Sr. Cornélio, na presença de professoras brancas e na volta do antigo esquema vem minar os nossos esforços para que a escola assumisse uma outra posição perante a comunidade que não a de um instrumento de colonização.

- Galheiro

Esta escola foi montada em julho de 1976. E pode ser considerada como a experiência educacional mais rica e o modelo que mais se aproxima daquele que consideramos como válido.

O Galheiro é uma aldeia do PI Xupé, distante do Posto 60 km. Até a atuação do Projeto, o Galheiro, como as demais aldeias do PI Xupé, não recebiam assistência nenhuma da FUNAI, a não ser, atendente desde fins de 1974.

Num crescente esvaziamento, o Galheiro contava em 75 com 5 casas e sua população vivia quase que permanentemente fora da área. Quase que não realizavam mais qualquer ritual e

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

pedreira da escola para lavar roupa no brejo! De usarem a palha  
havia abandonado o costume de furar as orelhas dos meninos ,  
tanto que os rapazes de 20 a 25 anos não possuem orelhas fura-  
das. Atualmente, a aldeia conta com 12 casas devido à  
volta para a aldeia de 3 grupos familiares que se encontravam  
há muitos anos, uma delas há 20 anos, morando em pequenos sí-  
tios dentro da área; e a volta de um grupo que residia na al-  
deia de Santa Cruz, inclusive do antigo capitão desta, que foi  
quem havia cindido a aldeia do Galheiro, fundando a Santa Cruz.

Este reforço à vida tribal, o renascer de uma vida  
ritual já quase que extinta, inclusive assinalada pelo retorno  
do costume de furar as orelhas (- foram furadas as orelhas de  
3 rapazes, agora em abril de 76) é o produto de uma atuação do  
Projeto Krahô, inclusive do setor de Educação.

Foi preparado, de fins de fevereiro à começo de  
maio, 2 índios, um dos quais tornou-se o monitor da aldeia do  
Galheiro.

A escola foi construída pela própria comunidade ,  
sem remuneração alguma por parte da FUNAI ou do Projeto, sem  
receber sequer o auxílio da alimentação durante os trabalhos .  
O local, o tamanho, o material empregado foi todo decidido pe-  
la própria aldeia. E assim a casa de escola é de palha, e pati-  
e situa-se no círculo mesmo da aldeia. E ela é realmente de  
toda a comunidade e serve aos seus interesses. Isto de modo  
concreto pode ser constatado pelo fato dos rapazes solteiros ,  
que seguindo o costume dormem no pátio, irem dormir nas noites  
frias na casa da escola; nas mulheres utilizarem as bancas de

madeira da escola para lavar roupa no brejo; de usarem a pane la da merenda, quando esta se acaba, para cozinhare[m] em suas próprias casas, no material escolar, principalmente os jogos te rem circulado realmente por todas as casas, utilizando inclusi ve, para isso o quadro negro como mesa; não foram só os alunos que folhearam o livro sobre mamíferos, (comó ainda acontece na Pedra Branca) mas realmente toda a aldeia. Não importa; que por isso a duração do material escolar seja mínima. Pois é es ta relação mais abrangente entre escola e comunidade e não en tre escola e alunos que consideramos mais proveitosa.

E os alunos estão realmente aprendendo a ler e a escrever, o que está contribuindo realmente para um reforço do papel do monitor Milton.

Atualmente, os homens vão se reunir e limpar e cer car a roça do monitor, sem receber nenhum pagamento, para que ele continue dando aula para as crianças durante o dia.

As aldeias do PI Xupé são as que apresentam o maior grau de bilingüismo. Todas as mulheres conversam muito bem no Português, e inclusive as crianças pequenas entendem quase que tudo. Aos 7 a 8 anos elas já estão falando o português com certa fluência.

E por incrível que pareça, foi a escola em que hou ve uma maior aceitação do aprendizado da língua indígena, ten do mesmo muitos alunos optado pela alfabetização 1ª da língua indígena para depois aprenderem o português.

Creio, realmente, que se a escola do Galheiro e seu monitor, o índio Milton, continuarem a receber a mesma ori

MIL

## FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

entação e uma total compreensão e apoio, ela possa ser efetivamente uma experiência válida no setor de educação e uma possível saída para o impasse em que se encontram muitas das escolas indígenas.

As escolas indígenas, receberam a carga constante de estereótipos depreciativos (o índio é como uma criança, não

Os Monitores: algumas considerações

O cuidado principal na formação e preparo destes monitores (que não são reconhecidos pela FUNAI como tais, devendo para isso passar por um curso de monitores, que será realizado, em princípio, no primeiro semestre de 77) foi o de que eles não se tornassem diferentes dos outros homens da aldeia. O problema da especialização do trabalho deve ser encarada com muito cuidado. Não procuramos formar líderes, nem incutimos neles a idéia de que eles sejam mais 'sabidos'. Ou seja, procuramos minimizar ao máximo, os possíveis efeitos da utilização da escrita como um instrumento de diferenciação e conseqüentemente de dominação.

Os monitores não possuem nenhum prestígio pela atividade que exercem, e pouco se diferenciam de seus alunos. É comum, que junto com seus alunos, o monitor também esteja sentado, fazendo suas lições. A relação monitor-aluno é uma relação franca e honesta em que o 1º não se obriga a saber tudo, nem o 2º a exigir este saber.

O monitor exerce uma atividade específica, peculiar e particular em relação ao conjunto de atividades exercidas pelos outros indivíduos da aldeia, mas nem por isso ele deve abandonar o exercício destas outras atividades. O monitor deve e tem sua roça e nela trabalha, tendo a liberdade de quando precisar ir à sua roça, não dar aula.



Em princípio, o grande problema de aceitação dos monitores é o mesmo encontrado em outros grupos. Durante os quase 200 anos da história de contacto, os Krahô, como a maioria das populações indígenas, receberam a carga constante de estereótipos depreciativos (um índio é como uma criança, não vale nada, é preguiçoso, sujo, vingativo) e a consequente desvalorização de sua cultura. E numa posição de povo colonizado carrega até agora, a crença de que o homem branco, o colonizador, é superior a ele. O saber se encontra, como um monopólio, nas mãos dos brancos. É a garantia de sua pretensa superioridade.

Dai, podemos entender por um lado a indignação e repulsa ainda que camufladas, o total descrédito do chefe do PI Krahô, Cornélio de Oliveira, do chefe do PI Xupé, Isidoro da Luz; e da professora Aldaires Barbosa em aceitar que meros índios pudessem ser colocados numa posição de equivalência a eles, na medida em que começam, através do cargo de monitores, a desempenharem tarefas antes restrita à atuação do homem branco, como garantia de seu poder. E por outro lado, o descrédito da própria comunidade que se considera incapaz de desempenhar corretamente estas tarefas. Aliado a isto vamos encontrar o capitão das aldeias desejando a vinda de uma professora branca, de um atendente, já que estas conquistas são o reforço de seu papel de bom chefe. A generosidade, qualidade primeira da chefia, é entendida, agora, como "o bom capitão é aquele que consegue mais coisas da FUNAI para sua aldeia". É o que é a FUNAI, senão chefes de Postos, professoras e atendentes?

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

- Os Funcionários da FUNAI: o problema

nas 3 aldeias:

No sistema de ensino, preparado por nós, não existe lugar para professoras brancas. A sua atuação numa sala de aula pode ser muito bem desempenhada pelo monitor. Assim a prof. Aldaires Barbosa, encontrou-se um tanto deslocada, pois de um lado lhe era negado uma atuação particular e ela desempenhava na sala de aula da Pedra Branca as mesmas funções que o monitor José Miguel. Por outro lado, a tentativa de que ela deslocasse suas funções para a de uma coordenadoria das escolas, viu-se bloqueada, pela falta de preparo e experiência da mesma (ele chegou a terminar somente o 1º ano Normal). Aliado a esta incapacidade da prof. Aldaires em ocupar uma outra função, sabemos que ela não tem, por questões de hierarquia, pois se encontra subordinada ao chefe de Posto, a força necessária para exigir o cumprimento de certas atividades, que sendo responsabilidade do setor de educação, estão a cargo do chefe de Posto. Foi assim que quando saí da aldeia em 15 de setembro, pensando em só retornar depois das eleições, deixei a seu cuidado uma série de tarefas para que fossem executadas com a colaboração do chefe de Posto. Depois de um mês de ausência, ao retornar, verifico que:

- não foi acimentada a escola do Galheiro. O cimento eu já havia comprado com verba do DE de Brasília). Tarefa que depois de minha chegada não pode ser efetuada pois este cimento já havia empedrado;

- não foi propiciada alimentação ou uma verba para que a aldeia de Pedra Furada iniciasse a construção da escola;

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

- não foram distribuídos os filtros já comprados por mim pe-  
indios, séries.  
las 3 aldeias;

- não foram distribuídas corretamente as 3 bolas de futebol  
e as 3 bombas para as escolas. Uma das bolas foi dada para a  
aldeia de Cachoeira, ficando a escola de Pedra Furada sem  
bola e pensando que eu os havia enganado. As bombas, pela  
demora do chefe do PI Krahô em buscá-las foram vendidas;

- o material escolar que fica no posto não pode ser arruma-  
do, pois o armário da escola, construído, com verba do D.E.  
de Brasília, foi levado para a enfermaria da Pedra Branca .

- Estas foram algumas tarefas que não puderam ser executadas  
pelas falta de colaboração dos chefes de Posto;

mas não o inverso.

### O Jornal

Foi-me comunicado pelo chefe do PI Krahô, Sr. Cornê-  
lio, que ele havia começado a preparar um jornal para a área  
Krahô. Alertei-o quanto ao fato de que um jornal, atividade sig-  
nificativa, e decerto uma das metas do setor de Educação, para  
que pudesse realmente cumprir sua função e não ser apenas uma  
atividade indicadora de um chefe de posto trabalhador, seria  
necessário que ele pudesse circular e ser lido por todos, além  
do que a colaboração nele deveria ser possível para uma grande  
parte da comunidade, para que ele pudesse ser um jornal Krahô,  
e não um jornal feito por funcionários do Posto. Ora, se encon-  
tramos nas 6 aldeias Krahô um total de 20 índios que saibam ler  
e escrever, estaremos encontrando muito. A distribuição destes

Índios, seria:

- Santa Cruz - -
- Merro do Boi - 1
- Cachoeira - 1
- Galheiro - 2
- P. Furada - 1
- P. Branca - † 10

Índices que não justificam a presença de um jornal. Além do que, um jornal somente deveria ser criado quando a própria comunidade sentisse sua necessidade e fosse capaz de produzi-lo. O jornal nunca deveria ser uma atividade imposta, cuja idéia e criação partisse do chefe de posto para a comunidade, mas sim o inverso.

Brasília, 12 de novembro de 1976.

*Maria Elisa Ladeira Samanco*

MARIA ELISA LADEIRA SAMANCO

MELC/moca